

JBS S.A.

**Laudo de avaliação do patrimônio
líquido contábil apurado por meio
dos livros contábeis em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Principais políticas contábeis	7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo - SP

Dados da firma de auditoria

- 1. KPMG Auditores Independentes Ltda.**, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte, CEP 04719-911, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 57.775.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº. 2SP-014428/O-6, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Fabian Junqueira Sousa, contador, portador do RG nº 18.151.616-0, inscrito no CPF sob o nº 249.471.108-80 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1SP235639/O-0, residente e domiciliado em São Paulo - SP com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da JBS S.A. ("Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

- 2.** A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2024 da JBS S.A. tem por objetivo atender ao requerimento do artigo 227 da Lei nº 6.404 de 1976, e será utilizada como base para o processo de incorporação de todas as ações de emissão da JBS S.A. pela JBS Participações Societárias S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação a ser celebrado entre as partes.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

- 3.** A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no anexo II do laudo de avaliação.



Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo CFC, que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
5. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido contábil, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 44.780.867.425,93 (quarenta e quatro bilhões, setecentos e oitenta milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais, e noventa e três centavos), conforme Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da JBS S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 01 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

ANEXO I**JBS S.A.****Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024**
(Em milhares de reais)**ATIVO**

CIRCULANTE	31.12.24
Caixa e equivalentes de caixa	4.525.210.180,92
Caixa margem	177.635.771,54
Contas a receber de clientes	5.525.251.833,03
Estoques	4.468.478.298,02
Impostos a recuperar	1.847.884.980,34
Derivativos a receber	25.641.241,14
Outros ativos circulantes	157.080.506,82
TOTAL DO CIRCULANTE	16.727.182.811,81
NÃO CIRCULANTE	
Impostos a recuperar	6.278.785.508,73
Créditos com empresas ligadas	494.268.879,50
Outros ativos não circulantes	278.961.366,51
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.052.015.754,74
Investimentos em controladas, coligada e joint venture	34.774.762.251,40
Imobilizado	13.733.212.933,67
Direito de uso de arrendamentos	194.295.193,76
Intangível	226.023.118,28
Ágio	9.085.970.651,18
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	65.066.279.903,03
TOTAL DO ATIVO	81.793.462.714,84

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**CIRCULANTE**

31.12.24

Fornecedores	5.995.099.100,72
Fornecedores risco sacado	1.994.033.716,54
Empréstimos e financiamentos	113.676.964,11
Obrigações fiscais	187.835.758,81
Obrigações trabalhistas e sociais	1.484.449.225,61
Arrendamentos a pagar	79.643.002,62
Dividendos declarados	2.218.299.869,00
Derivativos a pagar	327.673.439,51
Outros passivos circulantes	1.254.589.219,76
TOTAL DO CIRCULANTE	13.655.300.296,68

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	6.509.313.005,14
Obrigações fiscais	177.013.854,20
Obrigações trabalhistas e sociais	1.814.171.392,82
Arrendamentos a pagar	144.826.235,57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.520.549.051,38
Provisão para riscos processuais	476.817.324,40
Débitos com empresas ligadas	10.834.038.914,04
Derivativos a pagar	618.478.689,68
Outros passivos não circulantes	262.086.525,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	23.357.294.992,23

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	23.576.206.155,88
Reservas de capital	747.381.374,65
Reserva de reavaliação	24.842.233,29
Reservas de lucros	18.347.227.177,65
Outros resultados abrangentes	3.579.973.233,76

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

44.780.867.425,93

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

81.793.462.714,84

ANEXO II

Principais práticas contábeis

a) Base de preparação e mensuração

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, registrado nos livros contábeis, estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O balanço patrimonial foi preparado com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. O balanço patrimonial é apresentado em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

c) Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, conforme descrito abaixo:

- i. Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. As contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio do encerramento de cada período;
- iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sob a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas".
- iv. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período.

d) Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

Informações sobre os julgamentos efetuados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativos nos valores reconhecidos neste balanço patrimonial são:

- a. Receita líquida – transferência de controle;
- b. Remuneração baseada em ações;
- c. Imposto de renda corrente e diferido – posições fiscais incertas.

Informações sobre as premissas e incertezas de estimativas na data de encerramento das demonstrações contábeis que têm um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

- a. Mensuração do valor justo dos ativos biológicos;
- b. Reconhecimento e realização de impostos diferidos ativos;
- c. *Impairment* de ativos financeiros;
- d. Principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade do ágio, ativo imobilizado e ativos intangíveis;
- e. Principais premissas utilizadas na elaboração das estimativas de riscos processuais;
- f. Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting.

A Companhia revisa tempestivamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis.

1. Caixa e equivalentes de caixa, e caixa margem

Caixa e equivalentes de caixa:

Abrangem os valores em espécie, os saldos bancários e os investimentos de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo. O valor contábil desses ativos se aproxima de seus valores justos.

Caixa margem:

Abrange os saldos de caixa negociados em bolsa como garantia para contratação de operação de derivativos. Esses saldos são classificados como caixa margem, pois não possuem liquidez imediata. O saldo de caixa margem inclui aplicações em títulos públicos de renda fixa, vinculados ao índice de preço ao consumidor - *Consumer Price Index* ("CPI") protegem o risco de inflação (ou deflação) quando mantidos até o vencimento. Os montantes são resgatáveis quando da liquidação dos referidos contratos.

2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores em aberto dos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. O contas a receber de clientes no mercado externo está atualizado com base nas taxas de câmbio vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal, como matéria prima, mão de obra, etc. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, conforme as políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa - Ativos biológicos.

4. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações entre a JBS e suas partes relacionadas. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável.

Outras transações entre partes relacionadas registradas

A Companhia junto ao Banco Original, um convênio segundo o qual o Banco Original adquire créditos detidos contra determinados clientes do mercado interno e externo. As cessões são negociadas sem direito de regresso, mediante a transferência definitiva dos riscos e benefícios dos recebíveis ao Banco Original. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$1.585.092 de recebíveis cedidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrados custos financeiros relativos a essa operação no montante de R\$302.815 nas demonstrações contábeis como despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía saldos junto ao Banco Original, no montante de R\$327.246 registrados em caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras, CDB e similares possuem rendimentos equivalentes ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), de acordo com prazo determinado e montante aplicado, seguindo práticas de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auferidos juros decorrentes dessas aplicações no valor de R\$48.100 registrados nas demonstrações contábeis como receitas financeiras.

A Companhia possui compromissos de compra de gado para entrega futura firmados com determinados fornecedores, incluindo a parte relacionada JBJ Agropecuária ("JBJ"), garantindo a aquisição de gado por um preço fixo, ou a fixar sem que haja efeito caixa na Companhia até o vencimento desses compromissos. Com base neste contrato de entrega futura, a JBJ já fez antecipação junto aos bancos dessa operação na modalidade risco sacado. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessa transação era de R\$299.200.

A Companhia possui operações de compra de resíduos de abate de bovinos para operação de graxaria com a Prima Foods S.A.

A Companhia é a mantenedora do Instituto J&F, escola de negócios voltada para jovens, cujo objetivo é formar futuros líderes, oferecendo educação gratuita e de alta qualidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou doações no montante de R\$106.472 registradas nas demonstrações contábeis como despesas administrativas.

A Companhia é associada do Fundo JBS Pela Amazônia, uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo é fomentar e financiar iniciativas e projetos que visam o desenvolvimento sustentável do Bioma Amazônico. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, Companhia realizou doações no montante de R\$12.025 registradas nas demonstrações contábeis como despesas administrativas.

A Companhia, em seu processo de contratação e renovação de seguros inclui em painel de concorrências de corretoras de seguros, a parte relacionada Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., sendo as contratações feitas a condições usuais de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram registradas quaisquer perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um contrato para a venda de sua operação de Higiene e Beleza para a parte relacionada Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. A transação abrange a transferência de ativos e operações relacionadas à fabricação e comercialização de produtos de higiene e beleza, conforme os termos acordados entre as partes. O valor da venda foi estabelecido em R\$ 315 milhões, sujeito a ajustes de capital de giro. A conclusão da transação ocorrerá após o cumprimento das condições precedentes estipuladas no contrato. A Companhia não classificou a operação como descontinuada em 31 de dezembro de 2024, pois não representa uma linha de negócios individualmente significativa, correspondendo a apenas 0,2% dos ativos líquidos da Companhia.

Em 26 de junho de 2024, a Companhia celebrou um contrato com a Âmbar Hidroenergia Ltda. para a formação de um consórcio com o objetivo de exploração conjunta de usinas voltadas à geração de energia elétrica. A participação no consórcio foi definida em 99% da JBS S.A. e 1% da Âmbar Hidroenergia Ltda.

5. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior são tributadas conforme a legislação fiscal vigente em cada país. A Companhia analisa os resultados de cada subsidiária para a aplicação de sua legislação de imposto de renda, a fim de respeitar os tratados firmados pelo Brasil e evitar a bitributação.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos.

A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada período e em cada país onde a Companhia opera. A Administração avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Em conformidade com a interpretação técnica CPC/IFRIC23, a Administração avaliou as decisões tributárias relevantes, verificando eventuais divergências em relação às posições fiscais adotadas pela companhia. Com base nessa análise, e considerando pareceres jurídicos e jurisprudência aplicável, foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 4.714.311, referente a divergência de posicionamento sobre a tributação de lucro de coligadas no exterior em países com tratados internacionais registrada e reduzindo a rubrica de impostos a recuperar, refletindo a eventual possibilidade de realização futura desses valores.

A Companhia revisa periodicamente a suas posições fiscais em que há incertezas quanto ao tratamento tributário aplicado e, sempre que necessário, ajusta a provisão em conformidade com mudanças no ambiente regulatório e jurisprudencial vigente.

Impostos diferidos

O ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Na Companhia, os cálculos de impostos referem-se a incertezas fiscais conhecidas devido a julgamentos utilizados para calcular passivos fiscais na aplicação de regulamentos tributários complexos, que estão em constante evolução nas jurisdições fiscais onde o Grupo opera. Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, e de suas controladas, quando aplicável.

Alterações em leis e alíquotas tributárias podem afetar os ativos e passivos fiscais diferidos registrados no futuro. A Administração não acredita que haja uma probabilidade razoável de que haverá uma alteração material nos saldos reconhecidos, porém, no encerramento do exercício fiscal, a apuração pode resultar em um pagamento que seja significativamente diferente da estimativa atual dos passivos fiscais ou uma mudança na alíquota efetiva nas demonstrações contábeis, devido à complexidade destas incertezas fiscais. Um acordo legal desfavorável à Companhia exigiria uma saída de caixa e poderia resultar em aumento na alíquota efetiva na apuração; um acordo legal favorável pode resultar em uma redução da alíquota efetiva na apuração.

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas (e leis) efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do período corrente e espera-se que sejam aplicados quando imposto diferido ativo seja realizado ou o imposto diferido passivo seja liquidado.

As despesas de impostos diferidos sobre amortização do ágio são registradas somente no momento em que houver amortização fiscal do ágio na apuração.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

6. Investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto “Joint venture”

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto (“joint ventures”) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

As demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como aumento ou redução do patrimônio líquido na rubrica de “Transações de Capital”.

7. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos sejam mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção são deduzidos e reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A Companhia testa a recuperabilidade dos seus ativos sempre que eventos ou mudanças significativas indiquem que o valor contábil deste ativo pode não ser recuperável. Quando os fluxos de caixa futuros não descontados estimam ser insuficientes para recuperar o valor contábil do ativo, a Companhia compara o valor dos fluxos de caixa futuros do ativo, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto ajustada ao risco e ao valor atual e reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

No final de cada exercício, a Administração analisa se existe algum indicativo que um ativo pode sofrer redução de seu valor recuperável. Ativos e passivos são agrupados em UGC's para fins de teste de recuperabilidade. Um item do imobilizado ou UGC's são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia assumiu compromissos de compra de ativos imobilizados no montante de R\$94.927.

8. Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A Companhia, quando na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses e/ou de valores não materiais. A taxa média ponderada de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi de 5,83%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento e a política econômica de cada país onde a subsidiária é domiciliada.

9. Intangível

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, carteira de clientes, direitos de exploração, contrato de suprimento de fornecedores, softwares e outros.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso.

O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes e direitos de exploração do uso da água, tem o seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorrem eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

A Companhia considera que certas marcas e patentes possuem vida útil indefinida em virtude do histórico, e da expectativa de uso pela Companhia. As marcas adquiridas não têm limites legais ou contratuais ligados à sua utilização e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições e, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo determinado através de premissas e técnicas de mensuração que são executadas por consultores terceiros que possuem experiência para calcular fluxos de caixa descontados.

10. Ágio

O ágio é registrado na conta de "Investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto "Joint venture", porque para a investidora faz parte do seu investimento na aquisição da controlada. Sendo assim, na Companhia encontra-se na rubrica de ágio apenas aquele proveniente de investimentos já incorporados, no montante de R\$9.085.970. Para fins fiscais, o ágio registrado na Companhia completou sua amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por valor recuperável é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades Geradoras de Caixa) para fins de teste de impairment. Nos testes de impairment, os ativos são segregados em grupos que geram entradas de caixa, que são em sua maioria independentes das entradas de outros ativos ou em UGCs. O ágio gerado devido a uma combinação de negócios é alocado em uma UGC ou grupos de UGC, as quais se esperam benefício entre sinergias da combinação. Os valores recuperáveis das UGCs são testados anualmente, ou sempre que haja eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor em uso. A Companhia estima, em primeiro lugar, o valor em uso das UGC e, se for menor que o valor contábil, a Companhia estimará o valor justo menos o custo de venda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nossas estimativas do valor em uso dos grupos da UGC excederam seus valores contábeis e, portanto, não foram determinadas as estimativas de valor justo menos custo de venda. Nossas estimativas de valor em uso envolvem a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos demonstradas abaixo. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, e condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

11. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário são classificados no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

12. Risco Sacado

A Companhia realiza operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no mercado interno. Ressalta-se que, além de uma flexibilização de prazos, não houve qualquer alteração operacional ou comercial no processo. Adicionalmente, essa transação não impacta os preços praticados pelos fornecedores, que permanecem inalterados em relação aos valores anteriores à operação.

O acordo tem como principal objetivo otimizar o processamento de pagamentos e viabilizar a antecipação de recebíveis aos fornecedores participantes, em relação à data de vencimento original da fatura. Para a Companhia, essa operação não resulta em uma extensão significativa dos prazos de pagamento em comparação aos termos previamente acordados com fornecedores não participantes, mas oferece aos interessados a vantagem do recebimento antecipado. Além disso, a Companhia não incorre em juros adicionais sobre os valores devidos. Assim, os montantes envolvidos na transação são registrados como contas a pagar, mantendo a mesma natureza e função das demais obrigações da Companhia, sendo classificados como passivos circulantes em 31 de dezembro de 2024.

13. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de juros e variações cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

Registro de dívidas na Securities Exchange Commission (SEC): Em 25 de outubro de 2024, diante da declaração da efetividade pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, SEC, a Companhia lançou a abertura do período para aceitação da Oferta de Troca das 13 séries existentes de títulos de dívida ("Bonds Antigos"), não registrados na SEC, por novos títulos de dívidas registrados ("Novos Bonds").

14. Obrigações trabalhistas e sociais

Parcelamentos trabalhistas e sociais: Em dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão favorável a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 4.395) declarou inconstitucional a sub-rogação da cobrança das contribuições previdenciárias referentes ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) aos frigoríficos, empresas consumidoras, consignatárias ou cooperativas adquirentes da produção. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias possuem registrado na rubrica de "Parcelamentos de encargos sociais" a provisão no montante de R\$1,49 bilhão relativo aos parcelamentos FUNRURAL. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias liquidaram parcelamento em caixa e compensaram com saldo de imposto a recuperar no montante total de R\$1,49 bilhão. A Companhia segue aguardando a aprovação da ata de julgamento que irá proclamar o resultado, bem como eventual modulação de efeitos pelo STF que definirá o período para o qual a decisão produzirá efeitos.

15. Dividendos declarados

O Estatuto Social da Companhia requer que os dividendos não sejam inferiores a 25% do lucro líquido do exercício atribuível a participação dos controladores, após a destinação de 5% para reserva legal, conseqüentemente, a Companhia registra a obrigação no final do exercício para os dividendos mínimos obrigatórios.

O montante de dividendos residuais de exercícios anteriores corresponde a valores ainda não pagos devido à ausência de atualização dos dados bancários junto aos bancos e corretoras. Esta pendência por parte de alguns acionistas minoritários impede a concretização do pagamento. A Companhia envia notificação aos referidos acionistas para que atualizem as informações de forma que o saldo seja quitado. O saldo de dividendos prescritos é absorvido sob a rubrica "Reserva de lucros" devido à não distribuição dos mesmos no prazo de três anos. O passivo será mantido durante o período legal no curto prazo, visto que uma vez que o cadastro seja atualizado, a quitação é automática.

Em 13 de agosto de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários propostos referente às reservas de lucros, no montante total de R\$4,44 bilhões, correspondentes a R\$ 2,00 por ação ordinária. Os dividendos intermediários foram pagos aos acionistas em 7 de outubro de 2024.

Em 13 de novembro de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários propostos referente às reservas de lucros, no montante total de R\$2,22 bilhões, correspondentes a R\$1,00 por ação ordinária. Os dividendos intermediários foram pagos aos acionistas em 15 de janeiro de 2025.

16. Provisão para riscos processuais

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize de estimativas e premissas referentes as suas contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

As provisões são reconhecidas no passivo, nas despesas administrativas, e os encargos no resultado financeiro, quando as perdas são consideradas prováveis, ou seja, quando é provável que será necessário um fluxo de saída de recursos, e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

Quando não for provável a existência de uma obrigação presente, a Companhia divulga o passivo contingente, exceto nos casos em que a possibilidade de saída de recursos seja remota, situação em que nenhuma provisão ou divulgação é necessária.

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, predominantemente no Brasil. A análise da probabilidade de perdas nesses casos leva em consideração as evidências disponíveis, normas legais, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância, além das opiniões dos advogados internos. As provisões são corrigidas pela inflação e contabilizadas no resultado financeiro líquido (receitas/despesas). O tempo médio estimado para a conclusão dos processos são de aproximadamente 2 anos e meio para processos trabalhistas, 4 anos para cíveis, e entre 5 e 10 anos para tributários e previdenciários.

17. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que é mensurado ao preço por transação, e subsequentemente mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. As compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros são reconhecidas na data de transação.

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação destes ativos depende inicialmente das características contratuais de seus fluxos de caixa e do modelo de negócio adotado para gestão dos mesmos:

- i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "CDBs e títulos públicos" e "Instrumentos financeiros derivativos".
- ii. Custo amortizado: Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que constituam exclusivamente recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.